

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REDE PRIVADA DE VOZ E DADOS MÓVEIS.** -----

----- No dia nove de fevereiro de dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Concelho, compareceram comigo Artur Ferreira Gonçalves, Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Marco António Moniz da Graça, casado, natural da Guiné-Bissau, com domicílio profissional na Avenida Combatentes da Grande Guerra, número cem, Aveiro, com o NIF 173 034 187 e o cartão de cidadão número 08540210, válido até 16/12/2027, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgar em representação da Sociedade Anónima MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., com o NIPC 504 615 947 e sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, número 40, freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em vinte e dois de abril de dois mil e quinze, que arquivo sob o número um, por Procuração datada de vinte e cinco de junho de dois mil e quinze e por Substabelecimento datado de três de julho de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números dois e três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal

que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 27/12/2017, que arquivo sob o número quatro, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 23/01/2018, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, o Fornecimento de Rede Privada de Voz e Dados Móveis, de acordo com a sua proposta datada de 06/12/2017, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho da Senhora Vereadora Carla Antunes datado de 23-01-2018, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de quarenta mil novecentos e setenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público. -----

----- O prazo de execução é de mil e noventa e cinco dias, após a celebração do presente Contrato. -----

----- Este Contrato tem por objeto principal a aquisição de serviço de redes privadas de voz com controlo de custos. Para além deste, deve ser disponibilizado a comunicação entre os colaboradores do Município, quer estes estejam no escritório ou em mobilidade, utilizando números abreviados com dois a oito dígitos. -----

----- São obrigações do segundo outorgante, as constantes do artigo 7º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número sete. -----

----- Após a assinatura do presente Contrato, o adjudicatário terá de disponibilizar

o(s) serviço(s) no prazo estipulado no artigo 5º do referido Caderno de Encargos, não podendo ultrapassar o montante máximo definido no clausulado do artigo 6º. ---

----- As quantias devidas pela Câmara Municipal devem ser pagas no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----

----- Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- O adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

----- Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao adjudicatário, as importâncias necessárias à liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas. -----

----- Caso a fatura apresentada, não mereça aprovação da entidade adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida. ---

----- A faturação deverá incluir os seguintes elementos: -----

----- Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suportam; -----

----- Incidência do IVA em separado; -----

----- Número de compromisso; -----

----- Documentação de suporte; -----

----- Emissão em nome do Município de Tondela. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Prestações de Serviços, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de nove mil quatrocentos e vinte quatro euros e trinta e nove cêntimos, é de cinquenta mil e quatrocentos euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, depois de rubricados, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em doze de dezembro de dois mil e dezassete pelo Serviço de Finanças de Lisboa-4, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em dezoito de outubro de dois mil e dezassete, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P., é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-02-09,

conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 25639/2018, datado de 31/01/2018. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta prestação de serviços terá execução no corrente ano e seguintes. -----

----- Assim o disseram.-----

----- O presente contrato foi lido aos outorgantes e explicado o seu conteúdo, na presença de todos os intervenientes. -----

-----O Primeiro Outorgante: 

-----O Segundo Outorgante: 

-----O Oficial Público: 